

A Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados discute na próxima quinta-feira (12) o pagamento de indenizações do Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas de Acidentes de Trânsito (SPVAT). Esse seguro substituiu o antigo DPVAT, extinto em 2020.

- [Entra em vigor lei que retoma cobrança de seguro obrigatório de veículos](#)

O debate atende a pedido do deputado Toninho Wandscheer (PP-PR) e será realizado a partir das 9 horas, no plenário 6.

- [Veja quem foi convidado para o debate](#)

Wandscheer afirma que a falta de regulamentação e de recursos do fundo compromete o pagamento de indenizações para vítimas de acidentes em áreas urbanas.

Toninho Wandscheer é autor do [Projeto de Lei Complementar 184/24](#), que trata do pagamento de indenizações por sinistros ocorridos entre 15 de novembro de 2023 e a data de início do pagamento do SPVAT (1º de janeiro de 2024).

Entenda

Em novembro de 2019, o governo editou a Medida Provisória (MP) 904/19 extinguindo o DPVAT a partir de 1º de janeiro de 2020. O Supremo Tribunal Federal, no entanto, suspendeu os efeitos da MP porque o assunto deveria ser tratado por lei complementar.

Como a MP 904 não foi votada no Congresso, ela perdeu validade em 20 de abril de 2020.

Então, de maneira emergencial e transitória, a Caixa Econômica assumiu a gestão das indenizações a partir de 1º de janeiro de 2021. Essa gestão acabou prorrogada até 31 de dezembro de 2023.

Com o fim dos recursos do Fundo do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de via Terrestre (FDPVAT), a Caixa interrompeu os pagamentos a partir de 15 de novembro de 2023.

O SPVAT será cobrado a partir de 2025. Toninho Wandscheer explica, no entanto, que a implementação do fundo está pendente por falta de regulamentação. Isso inviabiliza o pagamento das indenizações em acidentes ocorridos a partir de 15 de novembro de 2023.

Wandscheer afirma que seu projeto busca conferir segurança jurídica às vítimas de acidentes de trânsito, que estão impossibilitadas até mesmo de fazer requerimentos administrativos para acessar as indenizações.

O deputado espera que os convidados da audiência apresentem informações para embasar a análise do projeto na comissão.

Fonte: Agência Câmara de Notícias, em 09.12.2024